



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**ERNESTO BENTO FIGUEIREDO DOS SANTOS**

**COOPERAÇÃO SUL-SUL: UMA ANÁLISE DA COOPERAÇÃO TÉCNICA  
E DAS TRANSFERÊNCIAS DE TECNOLOGIAS  
ENTRE BRASIL E ANGOLA DE 2002 A 2017**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2021**

**ERNESTO BENTO FIGUEIREDO DOS SANTOS**

**COOPERAÇÃO SUL-SUL: UMA ANÁLISE DA COOPERAÇÃO TÉCNICA  
E DAS TRANSFERÊNCIAS DE TECNOLOGIAS  
ENTRE BRASIL E ANGOLA DE 2002 A 2017**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades sediado no Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2021**

**ERNESTO BENTO FIGUEIREDO DOS SANTOS**

**COOPERAÇÃO SUL-SUL: UMA ANÁLISE DA COOPERAÇÃO TÉCNICA  
E DAS TRANSFERÊNCIAS DE TECNOLOGIAS  
ENTRE BRASIL E ANGOLA DE 2002 A 2017**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, sediado no Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em 24 de agosto de 2021.

**Banca Examinadora**

**Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz (Orientador)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

---

**Prof. Dr. Basilele Malomalo (examinador)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

---

**Prof. Dr. Ricardo Ossagô, de Carvalho (Examinador)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

---

## 1. Introdução

A temática sobre transferências tecnológicas envolvendo o Brasil e Angola não é recente na diplomacia entre os dois países, essencialmente tratando-se de suas conjunturas históricas, remonta não somente à história do colonialismo português, mas ambos os países vivenciam uma relação marcada pelo tráfico de escravos, vindos de Angola e de outros países africanos para o Brasil. Após as independências esses países buscaram reconstruir acordos diplomáticos. Nesse processo, segundo Visentini (2016), as conexões entre os dois países unidos pelo atlântico consistem em um conjunto de relações históricas e culturais, em que, segundo este autor, muitas vezes o discurso histórico-cultural visa, na verdade, legitimar as ações internas e externas dos governos.

Ao afirmar que se trata, portanto, de um equívoco, o autor evidencia que é ingênuo pensar que a referida afinidade cultural e ancestral fosse a razão principal das cooperações, porque, na prática, os governos brasileiros buscavam imprimir sua visibilidade como *global player* na arena internacional (VISENTINI, 2016). No entanto, é inquestionável, na prática, de acordo com este autor, que “[...] foi a industrialização brasileira e as independências africanas que criaram a nova realidade na qual o eixo econômico e cooperação técnica andaram conjuntamente (VISENTINI, 2016, p.178).

Essa leitura é muito semelhante à de Michael Kahn (2015, p.194), quando diz que “[...] Brasil está discretamente afirmando a sua dominância no Atlântico Sul, enquanto a África do Sul tenta agir como o xerife na África”. A centralidade do Brasil na geopolítica do sul global tende a suscitar certas desconfianças sobre o real propósito. Todavia, mesmo diante de todo o protagonismo, a ação do Brasil com os países africanos tem sido com base numa relação não hierárquica (diferente do modelo do Norte)<sup>1</sup>. Nessa lógica do Sul, o Brasil não abdica das “diretrizes” contra-hegemônicas e persiste atuando em respeito mútuo estabelecido na relação horizontal com os países em desenvolvimento. Vários momentos podem ser elencados para justificar a horizontalidade preconizada nessas relações, dentre os quais, a transferência passiva de tecnologia, que se estende, inclusive, ao setor de saúde.

---

<sup>1</sup> As epistemologias do Sul são um convite a um amplo reconhecimento das experiências de conhecimentos do norte global ancorada em colonialidades e das linhas abissais. Cf. Boaventura S. Santos, epistemologias do Sul (2009).

Grosso modo, analisando a conjuntura histórica, o Brasil não declinou de projetos emancipatórios dos países africanos, ao contrário. Depois do fim da Guerra Fria, marcado pela queda do muro de Berlim, em 09 de novembro de 1989 (conhecido como o fim da cortina de ferro entre a Europa Ocidental e Europa Oriental), notadamente protagonizada entre os dois grandes blocos representados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA), observou-se que durante todo esse embate ideológico que culminou com o definhamento do socialismo, as relações do Brasil com Angola obtiveram mais avanços concretos do que recuos.

Em verdade, o que se observa nessa conjuntura ideológico-diplomática é que, a despeito do afrouxamento do socialismo, instaurou-se uma nova era, um novo redesenho na arena internacional, obrigando os países não alinhados, o que inclui as chamadas periferias do capitalismo, a estabelecerem um posicionamento geopolítico contra as ofensivas liberais.

É mister reiterar que a Cooperação Sul-Sul (CSS) eclode durante a década de 1950, uma iniciativa do Sul Global com participantes como: o continente africano, a América Latina, o Caribe, a Ásia e a Oceania, tendo como marco a Conferência de Bandung (Indonésia), com o desígnio de cooperar a fim de criar um equilíbrio no sistema internacional e em busca de resposta para traçar o curso do seu desenvolvimento, indignados com as disputas com os países do Norte. Portanto, ao contrário dos modelos dos países do Norte, a dinâmica do sul global se assenta numa perspectiva contra hegemônica e entrelaçada em espírito de solidariedade no qual “[...]os conhecimentos produzidos pelos países em desenvolvimento são facilmente adaptáveis aos contextos locais de outros países em desenvolvimento” (MILHORANCE, 2013, p.7). Em razão disso, o Sul Global é um termo que denota a posição de país em vias de desenvolvimento, normalmente conectado com a história do colonialismo e neocolonialismo, em uma estrutura social e econômica desigual, ou seja, o Sul Global destacado aqui refere-se também à periferia do capitalismo. (SANTOS et. al 2009, 26).

A despeito desse dilema geopolítico, decorrente das contradições instauradas pelo capitalismo, após o “fim da guerra civil” e da abertura de mercado, somada à estagnação econômica ocasionada pelo ajustamento estrutural, Angola se viu obrigado a ampliar suas relações diplomáticas com o Sul, ganhando novo fôlego com o Brasil, em especial com os sucessivos governos brasileiros, imprimindo ainda mais os acordos de transferências de tecnologias, bem como com o setor privado, notadamente o setor de serviços, tendo a empresa brasileira Odebrecht como exemplo:

Da reconstrução de Angola, após o fim dos conflitos, aos novos empreendimentos de hoje, para além do setor da construção civil, a Odebrecht é também investidora em Angola no setor de biocombustíveis, em cadeias de supermercado, centros comerciais e na mineração de diamantes (WAISBICH et al, 2016, p.13)

A partir do fim da guerra civil em Angola, o *boom* da industrialização no ocidente e abertura de mercado, tanto o setor privado quanto o setor público, a política externa brasileira alargara o seu campo de atuação para Angola, das empresas estatais às privadas, isto é, desde a Petrobras, com experiências do Brasil no pré-sal, em parcerias com a empresa petrolífera estatal de Angola, a Sonangol. Isto significa reiterar que, a depender do contexto e dos governos e ideologias, suas relações podem ser compreendidas como de altas intensidades e, em outros momentos conjunturais e governos, os resultados podem ser de baixa intensidade. Não obstante, sempre é assentada numa relação horizontal, dentro dos procedimentos da cooperação sul-sul, sendo que cooperar significa atuar em conjunto com outros para se obter um mesmo fim, ou seja, os Estados cooperam segundo os mesmos ideais políticos, sociais, econômicos e culturais, compenetrados em “[...] solidariedade entre os povos, o respeito à soberania e a não interferência nos assuntos internos dos países parceiros destacam-se como princípios basilares da cooperação brasileira” (CABRAL, 2011, p. 5).

À luz disso, Caixeta (2015), por sua vez, destaca que ao contrário dos parceiros tradicionais que privilegiam a relação vertical, o princípio ideológico que norteia as cooperações entre o Brasil e Angola, bem como com outros países africanos, se pauta numa abordagem holística, horizontal:

Com princípios ligados à horizontalidade, à solidariedade, o respeito à soberania, a atuação com base na demanda dos países parceiros e à não condicionalidade, a CSS diferencia-se da cooperação tradicional por esta estar conectada a compromissos históricos e morais de assistência ao desenvolvimento dos povos do Sul, caracterizado por relacionamentos mais verticais, desequilibrados em termos de poder, de realidade e de propósitos (CAIXETA,2015, p.12).

A ausência da condicionalidade reforça o princípio de reciprocidade entre os países, fortalecendo o diálogo, viés ideológico que ultrapassa o binarismo norte e sul. Segundo Munoz (2016), tanto as relações entre Brasil e África quanto as práticas de CSS, apesar de não serem novas, ganham impulso no início do século XXI, principalmente com o governo de Lula da Silva.

O continente africano, receptor tradicional da ajuda ao desenvolvimento dos países do Norte, tornou-se um parceiro importante nessa reconfiguração da CSS, recebendo, por exemplo, mais de 45% dos desembolsos do Fundo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), e quase 40% da cooperação técnica

brasileira. Dentre os países africanos que mais fundos recebem estão os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), devido a razões históricas e institucionais, com destaque para Moçambique, que serve de estudo de caso em muitos dos artigos deste dossiê, por ser destino de importantes projetos estruturantes (MUNOZ, 2016, p. 10).

Para os países do Sul Global conhecidos como países emergentes, entre si grande parte não possui autossuficiência econômica, tendo em conta o ritmo desacelerado de seu desenvolvimento, a Cooperação Sul-Sul surge como uma ideia catalisadora à autossuficiência dos mesmos países: fornecer o intercâmbio de experiências e compartilhamento de recursos, criar e fortalecer as capacidades tecnológicas (in)existentes e, sobretudo, aumentar e melhorar as comunicações entre os países, permitindo a estes alcançarem maior grau de participação nas atividades econômicas internacionais entre diversos segmentos e/ou setores.

Para entender a lógica da Cooperação Sul-Sul e a iniciativa do Brasil é imprescindível atentarmos para a importância dos espaços oceânicos do Atlântico Sul e do Índico, que é uma rota de ligação do Brasil e do ocidente com a Ásia, ao mesmo tempo em que a maior parte do petróleo da América do Sul, da África e da Ásia encontra-se nesses dois oceanos. Então, o continente africano, por fazer parte de tal área importante, deve superar as questões de dependência externa, criadas no momento da guerra fria, reverter a imagem marginalizada e aprofundar os processos de desenvolvimento advindos da globalização, e seguidamente aprofundar os laços de cooperação, numa perspectiva externa independente. Visentini (2016) apresenta uma grande proposta no âmbito da Cooperação Sul-Sul e enfatiza que a mesma serviria, de certo modo, para limpar a imagem do continente africano, isto é, a sociedade brasileira que recebe estudantes africanos deveria enviar também estudantes e turistas para a África.

## **2. Tema e Justificativa**

A escolha desta temática se justifica pela sua importância na análise de estudos do Sul Global e os seus desafios, com a intenção de promover o desenvolvimento e o crescimento econômico e os avanços nos setores de saúde e da educação dos países do Sul Global, a fim de garantir a sua autossuficiência, ou seja, analisar as políticas de desenvolvimento endógeno, sobretudo de Angola. Por outro, o interesse em saber sobre como se estabeleceu essa cooperação entre Brasil e Angola. Ademais, na atual conjuntura econômica predominante no mundo, os investimentos em tecnologias e/ou infraestruturas se

tornam definitivamente uma condição *sine qua non* para a produção de alimentos, serviços, comunicação, dentre outros.

As experiências e os resultados recentes com os parceiros tradicionais foram paliativos e ineficazes, tanto no que concerne à geração de emprego e renda, como na aceleração da produtividade, isto é, desde o primeiro setor (em especial o setor agrícola) e segundo setor, que é o das indústrias, somando ainda as novas demandas atuais, mormente o setor de serviços (o terceiro setor), todos são dependentes da importação dos produtos e de serviços. Igualmente impulsionado pelo fenômeno da globalização e da modernidade, que traz à tona a imediatividade das infraestruturas e de novos rearranjos tecnológicos aos países em desenvolvimento, cabe a Angola acompanhar as dinâmicas do processo de desenvolvimento.

Como foi destacado acima, à semelhança de muitos países em desenvolvimento, Angola intenta aderir com afinco ao processo de globalização e ao programa de ajustamento estrutural (PAE), que na prática não deixa de ser uma ilusão de ótica, falsamente criada pelos *establishment*<sup>2</sup> sediado na cidade de Washington, o FMI e Banco Mundial, destacados atores internacionais nesse jogo econômico e político, pelo fato de exercerem funções de apontar as diretrizes que os países em vias de desenvolvimento devem seguir para alcançarem melhores resultados (CHANG, 2004, p. 17).

Carlos Lopes (2011);(2020), resume as novidades pós-Consenso de Washington numa era marcada por dívidas, desemprego, inflação, declínio a mais da metade da cota de exportação, queda acentuada da cota de bens manufaturados, enfim, quando a África se afundou no endividamento e se tornou importador de produtos dos tradicionais “parceiros do norte”.

Portanto, das razões inquietantes e angustiantes da produtividade a jusante, surge a necessidade de olhar para as experiências comprovadas no Brasil com relação às tecnologias, e saber que enquanto parceiros sulistas, cooperações entre Brasil e Angola podem ser profícuas para ambos os lados, dentro da relação de horizontalidade. Desses considerados positivos, abriram-se enormes caminhos na diplomacia entre os dois países, da qual nasce a pergunta de partida. Definido aqui como um problema de pesquisa a ser superado.

**1Problema de pesquisa:** É possível afirmar as transferências de tecnológicas entre Angola e Brasil têm contribuído para o crescimento da economia angolana?

---

<sup>2</sup> Uma elite socioeconômica e política que exerce forte controle sobre um conjunto de sociedade.



### 3. Hipótese

Com o surgimento da cooperação entre Brasil e África foi possível observar um grande impacto naquilo que é a economia de certos países africanos, tendo em destaque Angola. A cooperação entre Brasil e Angola fomentou a economia angolana, ou seja, a implementação de empresas multinacionais brasileiras gerou empregos, reduzindo o índice de desemprego entre a população angolana e, de certa forma, reduzindo aquilo que era responsabilidade do Estado angolano enquanto principal empregador. No entanto, a transferência de tecnologia, como a de exploração de petróleo no pré-sal no Brasil, foi levada à efetivação em Angola no intuito de aumentar as chances do ritmo de produção do petróleo, então, podemos afirmar que, sim, essas relações econômicas e de transferências de tecnologia entre Brasil e Angola têm contribuído de forma significativa no plano das infraestruturas e, conseqüentemente, no crescimento econômico daquele país. , contudo, ainda robusta e crônica a sua desigualdade social.

### 4. OBJETIVOS:

#### 4.1. Objetivo geral

- Analisar a cooperação técnica e as transferências tecnológicas entre Brasil e Angola no âmbito da Cooperação Sul-Sul.

#### 4.2. Objetivos específicos

- Compreender de que forma a cooperação técnica e as transferências de tecnologias entre Brasil e Angola influenciaram diretamente na economia angolana;
- Explicar a importância da cooperação técnica e das transferências de tecnologias entre Brasil e Angola para o crescimento econômico de Angola;
- Apontar os desafios e oportunidades da cooperação técnica e das transferências de tecnologias entre Brasil e Angola no âmbito da Cooperação Sul-Sul;

### 5. Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa será norteada pela metodologia qualitativa, a partir de uma revisão bibliográfica relacionada à temática em questão, para melhor aprimoramento do assunto e

familiarização do pesquisador com a realidade e os recursos que serão utilizados, tais como: sites da internet, revistas, artigos, livros, vídeos disponíveis que fontes necessárias para a problematização do objeto. Gil (1991.p.48) afirma que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Igualmente, Marconi e Lakatos (2003) afirmam que sua finalidade é a de inserir o pesquisador em contato direto com determinados assuntos publicados e que estejam relacionados com o objeto da pesquisa.

Por sua vez, Augusto Triviños (1987, p.109) destaca que “os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de um determinado problema”. No caso desta pesquisa, partimos de uma hipótese, levantada desde as primeiras fases da pesquisa, o que permite ir em busca de mais antecedentes para melhor confeccionar as informações adquiridas para chegarmos ao resultado da pesquisa.

Portanto, por tudo isso acima destacado, partimos do método indutivo, iniciando por intermédio dos dados particulares das premissas apresentadas, isto é, de dados particulares suficientemente constatados, buscaremos um resultado mais geral que o das premissas nas quais se basearam (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Ademais, para ampliar ainda a compreensão do fenômeno, será necessário utilizar a pesquisa documental no sentido de avançar com as fontes primárias tais como, os vídeos, documentos ou imagens, sendo aquelas informações que ainda não foram tratadas como científicas e/ou que não receberam ainda uma apreciação analítica e acurada. Neste sentido, é importante levar isso em consideração pelo fato de que em Angola, diversos “eventos” não são veiculados e em outros momentos, distorcidos ou acobertados, por isso presumimos que encontraremos os dados brutos, a serem trabalhados.

## 6. Desenvolvimento Teórico

A Cooperação Sul–Sul é um sistema criado com a finalidade de gerar um contrapeso (equilíbrio) e garantir a autossuficiência entre os países emergentes, mas é inegável que, tratando-se da globalização, os países com condições econômicas sólidas do sul global não estão isentos ao *global player*, ao contrário, em razão de estarem inscritos na globalização, todas as economias promovem a massificação e a transformação da cultura em mercadoria, veiculando a cultura de massa, a exemplo da China e do Brasil que, em algumas instâncias,

usam de *soft Power*<sup>3</sup> para acompanhar o ritmo das ações impulsionadas pelas dinâmicas do capitalismo, envolvendo economias sem viéses ideológicos com os países do norte global, como se observa na análise de Marosini e Badin (2016):

Tanto Estados, quanto empresas estatais e privadas desses países – principalmente China, EUA, África do Sul, Portugal e Brasil –, vêm buscando seu espaço no mercado angolano. A Associação Brasileira de Franchising (ABF) registrou, até 2008, 13 franquias associadas suas em Angola nos segmentos de educação e treinamento; alimento; vestuário; negócios e serviços; comunicação; saúde; cosméticos; etc. A fim de promover os interesses brasileiros no mercado do país, foi criada a Associação de Empresários e Executivos Brasileiros em Angola (AEBRAN), cujos membros residem e atuam permanentemente no país africano. Alguns desses investimentos envolvem parcerias com empresas angolanas e aproveitam as potencialidades do país, como é o caso da joint venture entre Odebrecht, Damer e Sonangol, que forma a Companhia de Bioenergia de Angola. O funcionamento de uma usina que produziria etanol e eletricidade a partir da cana-de-açúcar estava previsto para 2012, de modo que futuramente o excedente de etanol e de cana possa ser exportado (MAROSINI; BADIN, 2016. p.229).

Portanto, há uma relação de coexistência entre a globalização e *soft Power*, senão a globalização econômica não teria sentido na atual conjuntura socioeconômica, o que em outras palavras significa dizer que, igualmente para responder as demandas na atual vigência do capitalismo, é incongruente a existência de quaisquer cooperações (sejam elas as do norte ou do sul global) sem que houvessem as influências (in)diretas entre si, por vias da indústria cultural que representa o *soft power* (OURIVEIS, 2013).

Curiosamente, para além da idolatria dos papos em telenovelas brasileiras, diversos segmentos da sociedade angolana foram invadidos pelos produtos brasileiros, desde serviços a produtos têxteis (VAZ, 2018; 2018b). Outros estudos apontam que desde o final dos anos 1980, [...] a cultura brasileira tem sido presente na África, como se explica na penetração da televisão brasileira e das igrejas evangélicas e, mesmo, no estabelecimento de redes de contrabando, tráfico de drogas, armas e lavagem de dinheiro (VEIGA, 2016, p.374).

É imperativo destacar que, muito embora a influência da indústria cultural esteja também presente no sul global, o mesmo não exclui o princípio ideológico ancorado na horizontalidade. Desta feita, a Cooperação Sul-Sul surge como uma contraposição às assimetrias causadas pela Cooperação Norte-Sul, pois a Cooperação Sul-Sul se submete a uma horizontalidade entre os países participantes. Com isso, os resultados gerados por si só

---

<sup>3</sup> Poder brando, poder suave. Cf. Joseph Nye Jr. (2002).

criam uma nova visão de projeção, sobretudo dos países africanos, dentro do Sistema Internacional, embora a situação política de alguns países em desenvolvimento ainda se encontre em reformas e passando por conflitos internos, o que acaba reduzindo significativamente a atuação desses países em programas da Cooperação Sul-Sul.

A CSS apresenta um caráter diferenciado em relação à Cooperação Norte-Sul por sua ideia de horizontalidade nas relações entre os Estados. Segundo Milhorce (2013), a partir do discurso baseado na Conferência de Bandung, em 1955, e nos esboços de ação de Buenos Aires em 1978 e de San Jose em 1997, que serviram como o marco no qual os países em desenvolvimento ganharam um certo protagonismo, se afastando do padrão tradicional de transferência passiva e unidirecional para adotar a visão de estados ativos que certamente possuem algo a oferecer no campo das relações bilaterais, ou seja, o Brasil apoiando a ideia de evitar o uso dos termos “doador”, “ajuda” ou “assistência” e optando por usar o termo cooperação técnica, que imprime aos Estados que cooperam entre si a imagem de estados ativos, realçando a importância dos mesmos.

O Brasil, munido de experiências, é considerado um parceiro muito útil pelo seu *know-how* na luta contra a fome e a pobreza, a sua reconhecida experiência no agronegócio e somada à descoberta do pré-sal com a Petrobrás, desperta um grande interesse por parte dos países em desenvolvimento, e não obstante esse fomento e o fortalecimento da CSS advém do fato de que o Brasil também pretendia se projetar na ordem internacional e do sistema econômico. Na ótica de Visentini (2016), o cenário pós-guerra fria e a globalização proporcionaram um novo ambiente internacional, em que sobretudo o Brasil precisava de parceiros fortes para a construção de uma ordem mundial multipolar, o que se notabilizou no governo Lula:

A cooperação brasileira registrou crescimento acelerado ao longo do segundo mandato do Presidente Lula, fruto de uma política externa muito ativa e direcionada para a abertura de novas frentes diplomáticas, particularmente ao nível dos países emergentes e em desenvolvimento da África, Ásia e Médio Oriente. No âmbito das relações Sul-Sul, o interesse pelo continente africano surge destacado na “diplomacia presidencial” de Lula, que vê na África não apenas uma responsabilidade moral e solidária, mas também um significativo potencial comercial e de aliança política (Matos, 2011, *Apud* CABRAL, 2011, p. 4)

A ideia de cooperação entre os estados demanda esforços a serem aplicados, objetivos por traçar, cumprir e, sobretudo, desafios a serem ultrapassados, e a Cooperação Sul-Sul também não foge à regra. Nessa esteira de reflexão deve-se contextualizar a proeminência do governo Lula e as políticas públicas brasileiras ao contexto dos países parceiros, quando

novas modalidades de cooperação bilateral, para a expansão da cooperação técnica trilateral<sup>4</sup>, foram engendradas, focando em parcerias entre três governanças, tendo como exemplo:

Na era Lula, para além do maior volume de recursos destinados a projetos em Angola, setores como saúde, educação, administração pública, agricultura ganham proeminência; bem como suas agências implementadoras (FIOCRUZ, Embrapa, ENAP). Expandem-se também os arranjos trilaterais, feitos entre Brasil-Angola e organismos internacionais como a FAO ou a CPLP ou então com doadores tradicionais, como a Noruega e o Japão (WAISBICH et al, 2016, p. 9).

Com o presidente Lula da Silva, as relações Brasil-África, resultaram numa guinada robusta para o desenvolvimento, representando a crescente do continente africano, quer em nível da cooperação técnica, quer em nível da cooperação econômica e financeira. Igualmente Cabral (2011) faz menção ao Grupo África, constituído por especialistas e ativos do setor privado, no mandato Dilma Rousseff, com objetivo de associar vendas e investimentos brasileiros a projetos de desenvolvimento local, sobretudo no continente africano, cuja principal intenção era a de pôr em ação tais iniciativas empresariais como um legado aos africanos.

Cabral (2011) afirma que os paradigmas de cooperação Brasil e África apresentam questões com uma certa complexidade, como a cooperação econômica e financeira, e que nessa relação o Brasil vai designar, de modo geral, um conjunto de modalidades da cooperação bilateral que visam a promoção de objetivos de desenvolvimento e dão lugar a uma movimentação de recursos financeiros na cooperação com o exterior em modalidades tais como:

Incluem-se: o perdão da dívida, o crédito às exportações em termos concessionais e as doações em dinheiro. No Brasil apenas as duas primeiras modalidades têm expressão na atualidade. As doações em dinheiro constituem ainda uma ocorrência excepcional. O perdão da dívida consiste no perdão total ou parcial das dívidas de países estrangeiros para com o Brasil. O perdão parcial pode incidir diretamente sobre o montante em dívida ou sobre as taxas de juros aplicadas (CABRAL, 2011, p. 6).

Essas relações fomentaram o crescimento dos investimentos e a presença de empresas privadas de forma significativa como o crescimento do comércio bilateral Brasil-África entre 2002/02 e 2007/09 que foi taxativamente superior ao observado para o comércio exterior brasileiro como um todo e que de certa forma aumentou o peso do continente africano como

---

<sup>4</sup> Cooperação trilateral é uma modalidade de cooperação internacional para o desenvolvimento, de natureza complementar à cooperação Sul-Sul bilateral, com governanças que pode assumir diferentes arranjos: Sul-Sul-Sul; Sul-Norte-Sul; Sul-O.I.-Sul; “Trilateral +1”.

parceiro comercial do Brasil, com deslocamentos de meios de produção e forças pro (meio de trabalho e objeto de trabalho) das empresas ainda presentes no continente africano, dentre as quais aparecem a Odebrecht, a Petrobras, a Vale, a Andrade Gutierrez e a Camargo Corrêa (CABRAL 2011)

## **7. Cooperação Técnica e Transferências Tecnológicas entre Brasil e Angola<sup>5</sup>**

A cooperação técnica e as transferências de tecnologias no campo das relações entre Brasil e Angola demarcam grandes acontecimentos e largos passos dados referentes à política externa dos dois países. A intensificação dos laços entre o Brasil e o continente africano se deu por meio do aumento do número de embaixadas e missões diplomáticas brasileiras no continente (de 2003 a 2010). Embora as relações entre Brasil e Angola cingem-se no âmbito da Cooperação Sul-Sul, alguns pontos e fatores caracterizaram essa relação como especial, não apenas pela história pré e pós colonial ou por outros acontecimentos acima citados, mas pelos fatores socioeconômicos e, sobretudo, com base nas informações obtidas pela Itamaraty, que considera o acordo angolano como o segundo tratado assinado com base em um novo modelo brasileiro de acordos de investimentos, que busca incentivar o investimento recíproco através de mecanismo de diálogo intergovernamental, apoiando empresas em processo de internacionalização (WAISBICH et al, 2016, p.3).

A valorização das relações com o continente africano foi traço marcante durante os dois mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e para Angola estes foram os grandes momentos, tendo em conta o crescimento da economia no momento pós-guerra civil, que claramente impulsionou a abertura de novas oportunidades, permitindo ao país uma projeção de grande importância no âmbito regional e internacional.

No caso específico das relações com Angola, embora houvesse continuidade de uma política de Estado, a chegada do presidente Lula ao poder coincidiu temporalmente com o fim da guerra civil angolana. Configurou-se, dessa forma, a abertura de novas oportunidades de engajamento construtivo no marco da reconstrução angolana tanto em sua dimensão material de infraestrutura, como relacionada à engenharia institucional de reconfiguração do Estado e das instituições públicas (WAISBICH et al, 2016, p. 3).

---

<sup>5</sup> Como objeto de estudo, pretende-se explorar as transferências de tecnologias modernas, contudo será necessário problematizar o conceito e essencialmente olhando para o aspecto holístico (isto é, desde as chamadas tecnologias pré-históricas às modernas).

A relação horizontal entre Brasil e Angola tem sido um exemplo de cooperação sul-sul, isso porque Angola, no seu momento pós-guerra civil, conseguiu ampliar a sua produção significativamente, e deste modo passou a ser um modelo de cooperação diferenciado entre o Brasil e outros países do continente africano, coexistindo em diferentes modalidades, das quais encontramos: a cooperação técnica, a horizontal, elementos de comércio e investimento, assim como a ação de atores públicos (distintas agências governamentais) e privados (setor privado, academia, organizações não-governamentais).

A criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, em 2010, representa um dos ganhos da cooperação educacional. Com base em informações disponibilizadas pela Unilab (2020), hoje a universidade tem 6.121 estudantes de graduação, sendo 3.818 brasileiros, 377 de Angola, 45 de Cabo -Verde, 660 de Guiné-Bissau, 45 de Moçambique, 52 de São Tomé e Príncipe e 07 do Timor Leste, além de 187 matriculados de pós-graduação *Stricto sensu*, 239 de graduação em Administração Pública a distância e 691 de pós-graduação *Lato sensu* a distância.

Podemos tomar emprestado a análise do Waisbich (2016), na lógica de que o intercâmbio entre os dois países proporcionou a grande aposta na criação de instituições como o SENAI e o Centro de Formação Profissional Brasil-Angola, no município do Cazenga, em Angola, e na formação de quadros, o que várias vezes justificou a presença de funcionários angolanos em cursos de administração e aviação, dentre outros. Mas não é só: a Angola *Cables* também teve participação no âmbito da comunicação, realizando a operação do SACS, cabo submarino que liga o Brasil (Fortaleza) a Angola (Luanda), como consta abaixo:

A gênese dos acordos de cooperação técnica entre Brasil e Angola está ligada ao projeto de construção da hidroelétrica de Capanda, pela Odebrecht e a Technopromexport, empresa russa do ramo da construção a partir de 1986, com termos adicionais assinados entre as partes para estabelecimento de programa de treinamento vocacional de angolanos no setor da construção civil 33. Desde o início, a cargo de implementar esta parceria fica o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial públicas (WAISBICH; et al, 2016, p. 8).

Angola figurou na 9ª posição dentre os principais receptores no período 2005 a 2010 (LEITE, *apud* WAISBICH et al, 2016). A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) investiu US\$ 1,2 milhões em projetos de cooperação técnica em Angola, o que de certo modo influenciou a economia do país, gerando um aumento gradual do PIB angolano. É importante enfatizar aqui que tal crescimento da economia e aumento do PIB não somente se deu em decorrência de investimentos da Cooperação Sul-Sul. Angola já vinha registrando um crescimento de sua economia nos imediatos do pós-guerra civil, em 2002, sobretudo devido

ter no petróleo sua fonte principal de renda. Então, esse investimento da Cooperação Sul-Sul reforçou o número de postos de emprego e, conseqüentemente, contribuiu para o aumento do PIB angolano (Ver tabela abaixo).

De forma mais geral, acredita-se que nas relações Brasil-Angola, o comércio surgiu antes da cooperação técnica. E neste sentido, os anos 2000 foram especialmente frutíferos para o diálogo entre as partes. O contexto foi favorável para ambos: de um lado, o fim da guerra civil e do outro, a estabilização econômica do Brasil e o investimento na COBRADI. (WAISBICH; POMEROY; BOULOS; e SILVA, 2016, p. 8).

#### Dados do PIB de Angola no período de (2002-2012)

Anos	PIB (milhões de dólares)	Crescimento do PIB (%)	PIB <i>per Capita</i> (Dólares)	Inflação (%)	Desemprego (%)	Investimentos Públicos (Taxas crescimento)
2002	11.204	15,3	685	105,59	44,3	-
2003	13.956	3,3	848	76,56	42,3	37,6
2004	19.800	11,2	1.157	31,1	40,3	-8,5
2005	30.632	20,6	1.728	18,53	34,5	44,0
2006	45.168	18,3	2.489	12,21	32,3	250,9
2007	59.263	23,3	3.078	11,79	25,3	27,6
2008	77.280	13,8	4.206	13,17	23,9	71,1
2009	71.743	2,4	3.879	13,99	21,8	-21,1
2010	82.400	3,5	4.461	14,50	25,3	-14,8
2011	104.300	3,9	5.359	11,4	25,6	13,1
2012	112.700	5,2	5.732	9,0	23,0	12,4

Fonte: (Goulart; Chimbulo, 2014).

Com base no quadro acima apresentado, nota-se a pouca participação e uma presença reduzida de certas instituições brasileiras em Angola, quer no âmbito privado quer no âmbito público, e essa questão deve-se à “operação lava a jato”, que de certa forma impactou (negativamente) a condição socioeconômica de Angola, uma vez que reduziu o número de postos de empregos, e não obstante afetou a economia do país.

Por fim, como mencionado anteriormente, o impacto preciso das investigações da Lava Jato nas operações do setor da construção civil no



exterior é de difícil mensuração, mas é possível apostar em uma queda das atividades destas construtoras em Angola para os próximos anos. (WAISBICH et al, 2016, p. 13).

É imperativo dizer que toda a discussão, no que concerne à transferência de tecnologia e o posicionamento dos países no interior da ideologia Sul-Sul, denota a característica fundamental desse alinhamento entre o Brasil e Angola, pelos resultados concretos apresentados, mas é preciso muita cautela para que se saiba, “[...]se todos esses processos e desenvolvimentos representam apenas discurso político (diplomacia de prestígio), interesse econômico (“imperialismo *soft*”) ou uma associação entre as periferias do sistema mundial na busca do desenvolvimento socioeconômico (Cooperação Sul-Sul), só o futuro dirá” (VISENTINI, 2016, p.176).

## REFERÊNCIAS

- CABRAL Lúcia. **Cooperação Brasil-África para o desenvolvimento**: caracterização, tendências e desafios. Breves cindes59, dezembro de 2011.
- CAIXETA Marina Bolfarine. **A Cooperação sul-sul**: Novos Referenciais Teóricos nas Relações Internacionais como Contribuição das Epistemologias do Sul, Revista Conjuntura Austral, Porto Alegre, 2015.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.
- Gil, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. Editora Atlas S.A. São Paulo: Atlas, 1991.
- FILHO A. Goularti; CHIMBULO A. E. da Silva. **Política Econômica de Angola de 1975 a 2012**: A Trajetória da Mudança de Modelos. RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico, 2014.
- KAHN Michael. **A Cooperação dos BRICS na Ciência, Tecnologia e Inovação**: Retórica e Realidades. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 37, no 1. 2015.
- LOPES, Carlos. **Crescimento Econômico e Desigualdade**: As novidades pós-Consenso de Washington, Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 94 | 2011, posto online no dia 01 outubro 2012, consultado em 11 setembro 2020. URL: <https://journals.openedition.org/rccs/1475>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1475>
- \_\_\_\_\_. **África em transformação: Desenvolvimento Econômico na era da Dívida**. Lisboa. Edições Tinta china. 1.edição, Março.2020.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003
- MAROSINI, Fabio Costa; BADIN, Michelle Raton Sanchez. Relatório de pesquisa Angola e Brasil: um primeiro mapeamento regulatório de suas relações econômicas 2016. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cebrafrica/relatorios-de-pesquisa/> acesso, 14 abril 2021
- MILHORANCE Carolina. **A política de cooperação do Brasil com a África Subsaariana no setor rural**: transferência e inovação na difusão de políticas públicas. Revista Brasileira de Política Internacional, 2013.
- MUÑOZ, Enara Echart. A Cooperação Sul-Sul Do Brasil Com a África. Cad. CRH, Salvador, v. 29, n. 76, p. 9-12, 2016.
- NETO A. T. da Silva. **Reflexões sobre as relações de cooperação Brasil – Angola**. Centro Universitário de Brasília: UniCEUB, junho de 2005. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/9695/1/20238924.pdf>
- OURIVEIS, Maíra. **Soft power e indústria cultural**: A política externa norte-americana presente no cotidiano do indivíduo. RARI, n. 4, v. II. 2013.

SANTOS B. De Sousa; MENESES M. Paula. **Epistemologias do Sul**. Biblioteca Nacional de Portugal, 2009. Disponível em:

[http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/epistemologias\\_do\\_sul\\_boaventura.pdf](http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/epistemologias_do_sul_boaventura.pdf)

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

VAZ, Paulo Gomes. As “sacoleiras” a serviço do capital: um estudo sobre as africanas nos circuitos globais de mercadorias. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2018.

**Circuito de mercadorias e identidades Africanas em Movimento: Reprodução social das Mulheres Angolanas e Guineenses no Comércio Retalhista África-Brasil-China e Sudeste Asiático. Cadernos de África Contemporânea. Vol.1, Nº. 2, Ano 2018, p.106-133.b**

VISENTINI P. G. Fagundes. **A Relação Brasil-África: prestígio, cooperação ou negócios?** Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

WAISBICH L. Trajber; PAMEROY Melissa; BOULOS Renata; SILVA Daniel Martins. **Angola e Brasil: operacionalizando o conceito de cooperação sul-sul?** Observatório Brasil e o Sul, Janeiro 2016. Disponível em: [https://obs.org.br/comercio-e-investimento/download/86\\_14a4b630648f43bcb7935504fd085f5b](https://obs.org.br/comercio-e-investimento/download/86_14a4b630648f43bcb7935504fd085f5b)